

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO UFPE

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

**PROBLEMAS E DESAFIOS DO GERENCIAMENTO
DOS RECURSOS HÍDRICOS
NO DISTRITO FEDERAL
(A aplicabilidade da Lei nº 9.433/97)**

MESTRANDA

MARIA DE FATIMA MARTINS DA SILVA DOS SANTOS

**ORIENTADOR
Dr. ANDREAS J. KRELL**

BRASÍLIA
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO UFPE
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
(DOGMÁTICA JURÍDICA EM DIREITO PÚBLICO)

MESTRANDA

MARIA DE FATIMA MARTINS DA SILVA DOS SANTOS

PROBLEMAS E DESAFIOS DO GERENCIAMENTO
DOS RECURSOS HÍDRICOS
NO DISTRITO FEDERAL
(A aplicabilidade da Lei nº 9.433/97)

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Direito.

ORIENTADOR
Dr. ANDREAS J. KRELL

BRASÍLIA
2002

Dedico este trabalho ao Professor Josaphat Ramos Marinho (In memorian), Professor e Coordenador dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Direito da União Pioneira de Integração Social – UPIS, pelo brilhante trabalho que realizou e, principalmente, pelo exemplo de vida, trabalho, força, persistência e determinação que transmitiu às pessoas que o cercavam, bem como por ter em muito contribuído para me proporcionar esta oportunidade única de integrar o corpo discente deste novo e tão conceituado curso de mestrado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Dr. Andréas Krell, meu orientador, pelo tempo dedicado à difícil atividade de orientação acadêmica.

Aos mestres João Maurício Adeodato e Inocência Mártires Coelho, pelo incentivo e ajuda.

Ao Dr. Vicente Nogueira Filho, Diretor da Faculdade União Pioneira de Integração Social – UPIS, pela oportunidade e pelo incentivo acadêmico e institucional dado ao longo do Curso.

Aos colegas de mestrado, companheiros de árdua e profícua caminhada, pela oportunidade de convívio e troca de experiências.

Aos professores do mestrado, pelas preciosas lições transmitidas.

À secretária do Departamento de Pós-Graduação da UPIS, Deirilene Miranda, pela paciência e preciosas informações fornecidas ao grupo.

Às bibliotecárias: Maurinete, Lindalva e Tatiana, pelo suporte em todas as pesquisas.

Ao meu amado esposo, pela paciência e por suportar minha ausência e distanciamento no decorrer do trabalho.

Aos meus filhos, Júnior e Ana Karolyne, pelo carinho, apoio e paciência demonstrados no período em que me dediquei totalmente a este trabalho.

Meus sinceros agradecimentos.

“O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene da obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.”

*Declaração sobre o ambiente humano.
ONU – jun./1972*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar os problemas e os desafios que o Governo do Distrito Federal vem enfrentando no gerenciamento dos recursos hídricos. Avalia a eficácia e a aplicabilidade da Lei nº 9.433, de 1997, (Lei das Águas) no Distrito Federal. Demonstra que os problemas relacionados com a água são de âmbito mundial, uma vez que todo o planeta, de alguma forma, tem sofrido e sofrerá as consequências do inadequado uso da água. Todavia, a questão no Distrito Federal é alarmante, em razão de fatores naturais, geográficos, ambientais, sociais, administrativos e financeiros, além da inaplicabilidade da legislação sobre o assunto. A falta do precioso líquido é anunciada e recentes pesquisas demonstram que, em torno de 10 anos, a população do local não terá mais acesso à água potável. O Governo local tem pela frente um enorme desafio, que se consubstancia em evitar o colapso da água na capital do País, aplicando a legislação, os recursos financeiros, educando a população sobre o uso da água, cobrando adequadamente pelo uso, fiscalizando os mananciais, incentivando a criação dos comitês de bacias, conforme determina a legislação em vigor e, finalmente, gerenciando adequadamente os recursos hídricos disponíveis, sob pena de a capital do Brasil virar um verdadeiro deserto.

ABSTRACT

The objective of this work is to demonstrate the problems and the challenges that the Distrito Federal government comes facing up in the management of the hydric resources. It values the effective and the application of the law 9.433/97 (Law of the Waters), in spite of having effectiveness since 1997, in Distrito Federal it has not been applied efficiently. It was demonstrated that the problems related with the water are of world ambit, that the whole planet in some way, it has been suffering and it will suffer the consequences of the inadequate use of the water. Though, the subject in Distrito Federal is alarming, in reason of natural factors, geographical, environmental, social, administrative and financial, besides the not applying of the legislation on the subject. The lack of the precise liquid is announced, and the researches demonstrate that, around 10 years, the population of Distrito Federal won't have more access the drinkable water. The local Government has for the front an enormous challenge, that is to say, to avoid the collapse of the water in Distrito Federal, applying the legislation, the financial resources, educating the population on the use of the water, collecting appropriately for the use, supervising the springs, creating the committees of basins, as it determines the legislation in vigor and, finally, managing appropriately the resources available hydric, under feather of the capital of Brazil to turn a true desert.

SUMÁRIO

Introdução	12
------------------	----

CAPÍTULO I

1. A ÁGUA NO PLANETA

1.1. A água e sua definição	16
1.2. A quantidade de água no planeta	17
1.3. A distribuição da água no planeta	18
1.4. Doenças transmitidas direta ou indiretamente através da água	22
1.5. A água no Brasil	25
1.6. A água no Distrito Federal	29
1.7. Características Ambientais da Região do Distrito Federal	30
1.8. Os Recursos Hídricos do Distrito Federal	33
1.8.1. As pequenas captações de água do Distrito Federal.....	37
1.8.2. O principal manancial de água do Distrito Federal	38

CAPÍTULO II

2. O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

2.1. O Gerenciamento Internacional dos Recursos Hídricos	40
2.2. O Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil	48
2.3. A Política Nacional de Recursos Hídricos – a Lei nº 9.433/97	60

2.3.1. Fundamentos da Lei nº 9.433/97.....	65
2.3.1.1. O Domínio Público da Água.....	65
2.3.1.2. O Valor Econômico da Água e sua Limitação.....	67
2.3.1.3. O Equilíbrio entre os diversos usos da Água e as Propriedades.....	67
2.3.1.4. A Bacia Hidrográfica e a Unidade Físico-Territorial de Planejamento e Gerenciamento das Águas.....	68
2.3.1.5. Descentralização na Administração dos Recursos Hídricos.....	68
2.3.2. Objetivos da Lei nº 9.433/97.....	70
2.3.3. Diretrizes da Lei nº 9.433/97.....	70
2.3.4. Dos Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.....	71
2.3.5. Do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos..	76
2.3.5.1. Conselho Nacional de Recursos Hídricos	77
2.3.5.2. Dos Comitês de Bacia Hidrográfica	78
2.3.5.3. Das Agências de Águas	82
2.3.5.4. Da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	83
2.3.5.5. Das Organizações Civas de Recursos Hídricos	84
2.3.5.6. Das Infrações e Penalidades	85
2.4. Da missão da Agência Nacional de Águas - ANA	89

CAPÍTULO III

3. OS PROBLEMAS NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DISTRITO FEDERAL

3.1. Os principais problemas dos recursos hídricos	95
3.1.1. O crescimento populacional desordenado	100

3.1.2. Escassez dos recursos hídricos	104
3.1.3. O desperdício de água	106
3.1.4. Atividades extrativas desordenadas	107
3.1.5. Poluição com efluentes domésticos e industriais.....	107
3.1.6. A perfuração de poços artesianos	111
3.1.7. Os resíduos sólidos do aterro sanitário (Lixão)	115
3.1.8. Outros problemas generalizados	116

CAPÍTULO IV

4. OS DESAFIOS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PARA GERENCIAR OS RECURSOS HÍDRICOS

4.1. Aplicabilidade das leis	122
4.2. A preservação e a proteção dos mananciais	126
4.3. O reflorestamento das áreas degradadas	134
4.4. A fiscalização dos mananciais	135
4.5. A educação para evitar o desperdício e a poluição	136
4.6. Cobrança adequada pela utilização da água	138
4.7. Programa para os condomínios irregulares	140
4.8. Programas para o Lago Sul	141
4.9. Combate às fraudes e ao furto de água	142
4.10. Conclusão do Sistema Pípiripau	143
4.11. Melhoria do abastecimento e da qualidade da água	144
4.12. A construção da Usina de Corumbá IV	146
4.13. Investimentos e cuidados com os recursos hídricos	148

4.14. Fomento ao lazer e ao turismo sem prejuízos aos recursos hídricos..	150
4.15. Incentivo à criação dos Comitês de Bacias no Distrito Federal	153

CAPÍTULO V

5. A RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PELO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS – ASPECTOS JURÍDICOS -

5.1. A Responsabilidade da Pessoa Jurídica	156
5.2. A Responsabilidade Civil (Objetiva).....	159
5.3. A Responsabilidade Administrativa	166
5.4. A Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas na Legislação Ambiental.	169
5.5. O Poder de Polícia Ambiental	181
5.6. A Responsabilidade Solidária	185

CAPÍTULO VI

6. O CAMINHO QUE DEVERÁ TRILHAR O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PARA MELHOR GERENCIAR OS RECURSOS HÍDRICOS

6.1. A visão sistemática e abrangente do problema	189
6.2. O papel e a importância dos Comitês de Bacias	193
6.3. O gerenciamento participativo e democrático	197
CONCLUSÃO	203
BIBLIOGRAFIA	210
ANEXOS	218

SANTOS, Maria de Fátima Martins da Silva.

Problemas e desafios do gerenciamento dos recursos hídricos no Distrito Federal : a aplicabilidade da Lei 9.433/97 / Maria de Fátima Martins da Silva Santos. – 8 Brasília, 2002.

225 f.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito. Orientador: Dr. Andréas J. Krell.

1. Direito Ambiental. I. Título

CDU 349.6